



Thamis Dalsenter

**Corpo e autonomia: a interpretação
do artigo 13 do Código Civil
Brasileiro.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof.^a Maria Celina Bodin de Moraes

Rio de Janeiro
Agosto de 2009.



Thamis Ávila Dalsenter

**Corpo e autonomia: a
Interpretação do artigo 13 do
Código Civil Brasileiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Maria Celina Bodin de Moraes

Orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Carlos Nelson de Paula Konder

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Caitlin Sampaio Mulholland

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Departamento de Direito – UERJ

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Thamis Ávila Dalsenter

Graduou-se em Bacharel em Direito no ano de 2006 pela Faculdade Evandro Lins e Silva.

Ficha Catalográfica

Dalsenter, Thamis Ávila

Corpo e Autonomia: A Interpretação do Artigo 13 do Código Civil Brasileiro / Thamis Ávila Dalsenter ; orientadora: Maria Celina Bodin de Moraes. – 2009.

161 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Direito)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Corpo. 3. Autonomia. 3. Personalidade. 4 dignidade da pessoa humana. I. Moraes, Maria Celina Bodin de.. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Agradecimento

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a participação direta e indireta de muitas pessoas que merecem o meu agradecimento especial. E o momento é oportuno, não apenas por razões de gratidão, mas por uma questão de honestidade. A dissertação que agora é publicada na biblioteca de teses é resultado de uma valiosa equação composta por inúmeras horas de trabalho solitário, um sem número de reflexões conjuntas e debates constantes sobre os dilemas jurídicos que foram enfrentados e o apoio incondicional dos bons amigos.

À Maria Celina Bodin de Moraes, minha orientadora, agradeço por muito mais do que comportam essas breves linhas. Começo pelo exemplo e pela convivência com a sua generosidade acadêmica. Agradeço, sobretudo, o entusiasmo solidário que ela apresenta diante de novos pesquisadores, conjugando liberdade acadêmica e rigor científico, elementos fundamentais para tratar do tormentoso terreno da personalidade. Mas é preciso agradecer para além da orientação acadêmica. É no terreno dos afetos, absolutamente indescritíveis com palavras, que se inscreve a minha maior gratidão. Obrigada, Celina, pela sua valiosa amizade.

Com o Carlos Nelson de Paula Konder, meu co-orientador, minha dívida começou em 2006 e desde então se tornou absolutamente impagável. A começar por ter me apresentado o direito civil voltado para a realização da pessoa humana e me despertar para os incontáveis dilemas da personalidade. Agradeço por ter me orientado desde os primeiros passos na pesquisa científica com a sua dedicação solidária e por continuar nessa jornada me co-orientando com afinco, rigor e generosidade acadêmica. Com o Caíto a dívida não é menor, e consigo apenas agradecer, sem palavras, a fundamental amizade.

Dentre os membros do corpo docente, agradeço ao professor Carlos Plastino pelas instigantes colocações sobre a modernidade, ao professor Francisco de Guimaraens pelas reflexões fundamentais sobre a relação mente-corpo, ao professor Noel Struchiner pelas valiosas indagações sobre a moralidade constitucional e à professora Márcia Nina pelos imprescindíveis debates sobre o feminismo. Aos membros da banca examinadora da defesa, agradeço a leitura

atenta e a pertinência das arguições. À professora Caitlin Sampaio Mulholland e ao professor Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho agradeço especialmente as indagações fundamentais acerca da relação entre solidariedade e liberdade.

À Flávia Viveiros de Castro cabe um agradecimento especial, pelo seu essencial auxílio nas diversas etapas de produção desta dissertação, com a cuidadosa revisão de todo o texto e a preciosa indicação de fontes doutrinárias e casos emblemáticos. Agradeço, também, por ser uma interlocutora acadêmica sempre disposta a pensar criativamente os dilemas que foram enfrentados. Agradeço, enfim, pela amizade e pelo carinho e, também, pelo privilégio de conviver com o exemplo diário de dedicação e solidariedade. E, acima de tudo, minha imensa gratidão pelo seu apoio sempre incondicional, acadêmico e pessoal.

À Carmem e ao Anderson, secretários da Pós-Graduação, agradeço pela gentileza e apoio constantes.

Aos colegas de mestrado, agradeço a prazerosa convivência. Dentre os preciosos amigos que fiz no mestrado, agradeço a Bernardo Medeiros, Helena Colodetti, Madalena Junqueira Ayres e Valéria de Sousa Linck. À Janaína Matida e ao Jorge Chaloub devo, ainda, um agradecimento especial pelos incansáveis debates sobre os bons costumes e as dicotomias modernas, assim como a revisão atenta do texto final e inúmeras indicações bibliográficas que foram verdadeiramente fundamentais.

Aos amigos queridos de todos esses anos, agradeço o apoio essencial nas horas de angústia, sempre presentes no percurso acadêmico. Entre eles, não posso deixar de mencionar Juliana Bierrenbach, Artur Brandão, Fernanda Vieira, Fernanda Zamith, Daniel Rocha, Iara Fraga, Marcelo Lustosa, Rafael Queiroz e Rodrigo Correa. À Roberta Nascimento dos Anjos agradeço não só pela melhor amizade e pelo apoio incondicional de todas as horas, mas também pelo esforço e paciência constantes para debater os polêmicos casos do direito civil e ler e reler cada parágrafo escrito com a sua generosidade sem igual. Agradeço à Roberta, em suma, por tudo e mais um pouco.

Agradeço à Norma e à Mariana, pelo amor e apoio integral de sempre.

A meus pais agradeço o amor incondicional, o primeiro exemplo de dignidade e solidariedade, a dedicação e o apoio em todas as minhas escolhas existenciais. Agradeço a eles, sempre, e especialmente à minha mãe, por tudo.

Ao meu marido, João Pedro, minha vida bem vivida, agradeço por ser o imenso amor presente em todas as horas e em todos os momentos, o meu melhor amigo e o meu grande companheiro. Sem ele, certamente, nada disso teria sido possível.

Agradeço à Capes e à PUC-Rio, pelo auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A meus pais, Amistene e Tarcísio (*in
memorian*);

Ao João, com todo o meu amor.

.

Resumo

DALSENTER, Thamís. Moraes, Maria Celina Bodin de. **Corpo e autonomia: a interpretação do artigo 13 do Código Civil brasileiro**. Rio de Janeiro, 2009, 161p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Código Civil de 2002 disciplinou os atos de disposição do próprio corpo em vida em seu artigo 13, definindo como limites para o exercício da autonomia corporal a impossibilidade de diminuição permanente da integridade física e o respeito aos bons costumes, ressalvado os atos praticados por exigência médica ou finalidade terapêutica. Sob a perspectiva da constitucionalização do direito civil, a tutela da personalidade afigura-se como desdobramento na esfera privada de um dos fundamentos da República: o princípio da dignidade humana, o que implica não apenas a tutela da integridade física, mas também o respeito à autonomia privada existencial como forma de assegurar o livre desenvolvimento da personalidade. Neste sentido, a análise proposta parte das premissas de superação do dualismo mente e corpo através da noção de integridade psicofísica, e do biopoder como alicerce das interdições sofridas pela autonomia corporal na esfera jurídica. É nesta linha que a presente dissertação pretende buscar os fundamentos para a interpretação do referido dispositivo do Código Civil brasileiro.

Palavras-Chave

Corpo; autonomia; personalidade; dignidade da pessoa humana.

Abstract

DALSENTER, Thamis; Moraes, Maria Celina Bodin de. **Body and autonomy: interpretation of the 13th article of the Brazilian Civil Code**. Rio de Janeiro, 2009, 161p. Master Dissertation – Law Department, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Civil Code of 2002 regulates the acts of own body disposal while living in its 13th article determinating the impossibility of permanent diminish of the physical integrity and the respect of morality as limits for the exercise of body autonomy, with the except of the acts practiced under medical demand or with therapeutic finality. Under the perspective of the constitutionalization of the Civil Law, the guardianship of the personality appears as an outspread of one of the Republics fundamentals on the private sphere: the human dignity principle, which implies not only the guardianship of physical integrity, but also the respect of existential private autonomy as a way to assure the free development of the personality. In that sense, the analysis proposed is set off with the premises of the body and mind dualism surpass through the notion of psychophysics integrity, and the biopower as the foundation of the interdictions in the juridical sphere suffered by the body autonomy. It is in this line that the present dissertation intends to search the elements in order to interpret the referred legal device of the brazilian civil code.

Key-Words

Body; autonomy; personality; human dignity;

Sumário

1. Introdução	12
2. O corpo-sujeito	23
2.1. Corpo-sujeito: o corpo como categoria fundamental da personalidade	23
2.2. O investimento político-econômico do corpo	36
2.3. O poder sobre o corpo e as formas jurídicas	50
3. Autonomia e personalidade	57
3.1. Insuficiência do conceito tradicional de autonomia privada à luz da dignidade da pessoa humana	57
3.2. O Direito Civil na tutela do ser: a autonomia privada existencial	68
3.3. Autonomia corporal	77
4. Interpretação do artigo 13 do Código Civil à luz da Constituição Federal de 1988	96
4.1. (In) disponibilidade e autonomia: o corpo como direito da personalidade no Código Civil	96
4.2. Os limites do artigo 13 do Código Civil aos atos de disposição sobre o próprio corpo	108
4.2.1. Diminuição da integridade física	108
4.2.2. Bons costumes	114
4.2.3. Finalidade terapêutica ou exigência médica	124
4.3. A autonomia corporal dentro da legalidade constitucional: artigo 13 entre a liberdade, a solidariedade, a integridade e a igualdade	136
5. Conclusão	141
6. Bibliografia	147

*“Tal como Descartes, no limiar da ciência moderna,
exerceu a dúvida em vez de a sofrer, nós, no limiar da
ciência pós-moderna, devemos exercer a insegurança
em vez de a sofrer”*

Boaventura de Sousa Santos.